

**NOTÍCIA DE UM PROFESSOR  
EM UM DOCUMENTO DO SÉCULO XIX**

*Expedito Eloísio Ximenes (UECE/FUNCAP)*

**RESUMO**

A tarefa básica do filólogo consiste em salvar os textos da destruição material” (LAUSBERG, 1962: 31). É verdadeiramente uma sublime tarefa resgatar os documentos das caixas empoeiradas dos Arquivos, editando-os e publicando-os para leituras e interpretações diversas através dos olhares do homem moderno. O documento que ora apresentamos, trata-se de uma carta-ofício dirigida ao Presidente da Junta Administrativa que governava o Ceará em 1834. Nesse documento, o professor Herculano Julio d’Albuquerque Mello reclama das condições adversas de trabalho e do baixo salário pago ao magistério do interior do Ceará. Por meio do referido documento, podemos fazer várias leituras embasadas nos dados abordados pelo professor referentes à realidade do magistério nas pequenas vilas, como também conhecer aspectos histórico-sociais da época imperial. É realmente essencial o trabalho filológico não somente para resgatar os textos manuscritos para análise linguístico-filológica, mas também para auxiliar as diversas áreas do conhecimento com as possibilidades de leituras que o texto oferece.

**Palavras-chave –**

**Tarefasdo filólogo; Textos; Documentos; Edição; Interpretação**

**INTRODUÇÃO**

Entendendo que a “filologia é uma ciência que tem por objeto o estudo da língua em toda a sua amplitude e dos documentos escritos, seja qual for a natureza destes,” (verbete da Enciclopédia Britânica, *in* Silva, (1999)), essa ciência através da sua tarefa principal nos possibilita a compreensão das culturas e das civilizações em um sentido amplo.

A edição de documentos de qualquer época de uma língua traz-nos informações preciosas da história de um povo e nos permite fazer reflexões sobre as relações sociais, culturais, políticas, religiosas, enfim, de todas as esferas da vida humana.

O documento<sup>8</sup> que ora trazemos a lume é uma carta datada de

---

<sup>8</sup> Este manuscrito não se encontra elencado no índice do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), por isso não faremos referências ao códice. Foi encontrado por acaso, por um funcio-

1834, escrita por um professor de primeiras letras da vila de Aracati, situada no litoral leste do Estado do Ceará, cerca de 150 km de Fortaleza. O documento é destinado ao presidente do Conselho de Província do Ceará e faz várias denúncias sobre as péssimas condições de trabalho e do descaso das autoridades daquela vila como também de todas as instâncias da Província do Ceará.

Para a edição da referida carta adotando o modelo semidiplomático estabelecido pelo PHPB (Para a História do Português Brasileiro), porém não desenvolvemos as abreviaturas. A barra simples na vertical [|] marca o fim de uma linha e as duplas [||] marcam o fim de um fôlio. Os demais sinais como a acentuação gráfica, pontuação, junção de palavras e translineação foram conservadas, conforme o original.

#### A FILOLOGIA COMO PRÁTICA DE EDIÇÃO DE TEXTOS

O objeto da filologia é o texto, tanto os literários, quanto os de uso pragmático como os documentos notariais, religiosos; os de cunho pessoal como as epístolas, os testamentos; os textos de uso mais práticos como as receitas culinárias, as receitas médicas etc.

São todos os textos produzidos pela tradição escrita de uma comunidade discursiva em qualquer época histórica.

Nas comunidades sem prática da língua escrita, a conservação oral é repassada através da memória. Para manter a tradição dos textos, a ação do filólogo é fundamental com sua árdua missão de preservar as fontes documentais.

Heinrich Lausberg (1963) apresenta três tarefas do filólogo. A primeira é a *tarefa básica* que consiste em salvar os textos da destruição material. Esta salvaguarda dos textos pode ser exercida de várias maneiras. Em uma sociedade sem escrita, o filólogo age como um professor transmitindo os textos à memória das gerações, através da narração das histórias. Em sociedades com uso de escrita, o filólogo deve conservar os textos em uma biblioteca pública e cuidar da

---

nário do Arquivo, em uma caixa, misturado a outros documentos.

multiplicação dos mesmos por meio de cópias. Ainda cabe ao filólogo em sua tarefa básica estender ao redescobrimto de textos perdidos, mas conservados na memória de comunidades menos conhecidas.

A segunda tarefa do filólogo é *a central* consistindo-se em conservar o sentido que se deve dar ao teor do texto. Quando o texto de uso repetido se modifica pelas condições culturais da sociedade, como exemplo, palavras caem em desuso, perdendo o seu entendimento pelas gerações mais jovens, na situação modificada a comunidade poderia entender mal ou de maneira nenhuma o texto original. O filólogo conserva o sentido original do texto e se coloca como instrumento intermediário entre o texto e a comunidade, torna-se um intérprete do texto que já não é bem compreendido.

Para que o filólogo cumpra bem suas tarefas e os textos sejam conservados e compreendidos é necessário fazer-se a edição desses textos. Para isso se adota modelos de edição, tais como a edição diplomática, semidiplomática ou diplomático-interpretativa, edição paleográfica dentre outras, como citam Cambraia (1999) e Bassetto (2001).

A terceira tarefa do filólogo reside na integração dos textos em conexões mais amplas com múltiplos outros textos.

A importância da filologia é por demais relevante quando cumpre sua tarefa de editar textos para preservar a cultura dos povos,

Principalmente, a língua, e fornecer um rico material para as outras áreas do conhecimento como a história, a sociologia, a geografia dentre outras. Só através do texto conservado poderemos interpretar os fatos, conhecer a realidade social de uma época revelada nos documentos e, acima de tudo, ter ciência dos fatos lingüísticos e das possíveis mudanças operadas em uma língua. Diríamos que sem o trabalho minucioso do filólogo não há fontes seguras, não há textos e, conseqüentemente, não há conhecimentos sólidos.

## O CONTEXTO HISTÓRICO DO CEARÁ NO SÉCULO XIX

Faremos algumas anotações históricas do Ceará no século XIX para entendermos o contexto em que o documento em foco foi

escrito. A organização político-administrativa do período colonial brasileiro era estabelecida pelas Ordenações Portuguesas, que determinam toda a estrutura, composição e função dos cargos públicos.

Com a fundação das primeiras vilas, no Ceará, essas passam a ter sua estrutura administrativa conforme o modelo adotado pelo sistema colonial que se diferencia bastante do modelo que conhecemos hoje. O poder administrativo das vilas era exercido pelo senado da câmara que se compunha por um juiz presidente que, nas vilas mais importantes era um juiz-de-fora de nomeação régia, único com magistratura. Mais comumente esse cargo era preenchido por um cidadão leigo, membro da comunidade, muitas vezes sem escolaridade. Esse exercia o cargo de juiz ordinário. Os juízes ordinários eram dois alternando suas funções em cada mês. Integravam também o senado três vereadores, um tesoureiro e um procurador completando o corpo administrativo. (Cf. PRADO JÚNIOR, 1994).

Após a independência do Brasil, em 1822, o sistema administrativo passa por um processo transitório. Em 1823, através de um decreto imperial organizou-se a administração provincial. Com a constituição outorgada em 25 de março de 1824, organiza-se a administração do Império sob o governo monárquico, representativo e constitucional, dividido em províncias. As antigas capitanias passam a ser denominadas de províncias e são governadas por um presidente nomeado pelo imperador. Pela mesma constituição, permaneceu a organização administrativa municipal baseada nas câmaras de vereadores.

A etapa histórica brasileira de 1831 a 1840 é denominada de Período Regencial. Período esse em que D. Pedro I abdicou do cargo de imperador em 7 de abril de 1831 e o Brasil passou a ser governado por uma regência trina por causa da minoridade de D. Pedro de Alcântara, herdeiro do trono. Esse período é marcado pela crise econômica que se arrastou desde muito antes e por uma grande agitação política.

Foram tomadas algumas medidas descentralizadoras como a elaboração do Código de processo Criminal e do ato adicional de 1834, uma reforma na constituição de 1824, determinando a criação de um poder legislativo nas províncias, aumentando sua liberdade, eram as Assembléias Províncias, conforme nos informa Farias (1997).

As Assembléias Legislativas Provinciais foram criadas em 1834, com a prerrogativa de fazer leis e serem submetidas à sanção do presidente. Já as câmaras municipais no período imperial dispunham de cargos administrativos e constituíam uma corporação deliberativa autônoma. (c.f. CORDEIRO, 1997).

Durante o Período Regencial a Província do Ceará foi governada por seis presidentes. O presidente era a primeira autoridade da Província, a ele cabia sancionar ou não as leis da Assembléia Legislativa, conforme Avelar (1976). O primeiro presidente da Província do Ceará foi José Mariano de Albuquerque Cavalcante, a quem o documento faz referência. Esse recebeu a presidência da Província em 8 de dezembro de 1831, permanecendo até 1833.

É nesse contexto histórico que a carta que estudamos aqui foi escrita. Conforme se observa no texto do professor Herculano da Vila de Aracati, a câmara, apesar de ter autonomia, faltava-lhe boa vontade para cumprir o seu papel. Veremos como um cidadão que exerce sua profissão com desvelo se sente diante do contexto político e administrativo da Província do Ceará.

### EDIÇÃO DO MANUSCRITO 1834

Ill.<sup>mo</sup>. e Ex.<sup>mo</sup>. Snr.<sup>or</sup>. Prezidente Concelho

Asmaõs de VEx.<sup>a</sup>. transmito o mappa dos meos alumnos, | fim deqê VEx.<sup>a</sup>. conheça o estado de São adiantamento Com | o mappa acompanhaõ algúas escritas, e contas dos mais | adiantados; O estado emqê eu tomei conta desta Aula | em 26 de Março do anno pp. era lastimozo, p.<sup>m</sup>. mais las | timozo foi p.<sup>a</sup>. mim qê expondo ao Ex.<sup>mo</sup>. Snr.<sup>or</sup>. Prez.<sup>e</sup>. Joze | Mariano, o atrazo emqê Seaxava am.<sup>a</sup>. Aula, ja pela | falta d'uma caza, ja pela de utencilios, e leitura, e ja | pelo estadode licença e falta de respeito emqê se axavão | os discipulos, pelo qê avião praticado com o meo ante | cesor, Jorge Acurcio, cujo factio tal vez hoje não seja | ignorado p.<sup>f</sup>. VEx.<sup>a</sup>, mas o governo ã huã providencia | dêo, e se adêo, athe hoje Seos efeitos me são desconheci | dos; privado p.<sup>f</sup>. tanto d'quilo qê a Lei mui pozi | tivam<sup>e</sup> manda dar aos Professores d'ensino mutuo, | apenas tenho podido conter o respeito necessario.

Neste estado, qê gosto aoqê disvelo pode ter um | empregado, qê fazendo todos os exforços p.<sup>a</sup>. bem de | zempenhar suas obrigações, não encontra da || parte do governo aqueles socorros qê lhe são mister | Forçado a pagar do misquinho ordenado, cazas p.<sup>a</sup>. aula | e p.<sup>a</sup>. mim, não bastante apezada fam.<sup>a</sup>. qê me seria, a | q.<sup>l</sup>. é impossivel poder sustentar com

o ordenado de 400\$ q<sup>10</sup>. mais gastando uma parte em cazas p<sup>a</sup>. a Aula; em | dias de Agosto do anno pp. projetei alugar uma caza | comada p<sup>a</sup>. am<sup>a</sup>. fam<sup>a</sup>. em cuja sala não cabia mais | do qê 20 meninos, visto qê me-  
xava pagando 10\$<sup>re</sup>. | mençais do aluguel de duas cazas, uma p<sup>a</sup>. am<sup>a</sup>. fam<sup>a</sup>. e | outra p<sup>a</sup>. aula, e o g<sup>o</sup>. n<sup>o</sup> huã providencia tinha dado as- | m<sup>as</sup>. re-  
presentações, participei esta m<sup>a</sup>. resolução aca- | mara, visto que ella ins-  
peção sobre as Aulas, asim deqê | senão de negrice o meo passo diante  
do governo, visto | qê eu não podia ser obrigado apagar cazas embe- | neficio  
alheio, p<sup>m</sup>. justiça, a razão, e averdade perece dezappareceo | da  
boca das authoridades, e corporações desta Villa, e a res- | posta, qê ob-  
tive da desgraçada Camara do Aracati, foraõ | os insultos, qê. se mepro-  
dizalizaã, p<sup>f</sup>. meio d<sup>o</sup> um periodi- | co licencião, e indecente, em vaõ  
fiz vêr, qê nas Provincias || da Bahia, Pernambuco, e Maranhão, o orde-  
nado dos Professores do | ensino mutuo q<sup>f</sup>. das Cidades q<sup>f</sup>. das Villas era  
de 500\$<sup>r</sup> e qê | na Provincia da B<sup>a</sup>. a onde o g<sup>o</sup>. criou d<sup>o</sup> insino mutuo as |  
aulas das Villas deCaxoeira, eValença, tinha o G<sup>o</sup>. dado u | tencillios, e  
cazas, ou lançando maõ de Edifícios Religiozos, ou | alugados p<sup>f</sup>. conta  
da Naçaõ, qê naVilla da Caxoeira a Aula | se tinha estabelecido em um  
dos Salões do Convento do Car- | mo, e em Valença, na Comarca de  
Ilheos, em um salaõ | da Matriz dam<sup>ma</sup>., eqê as da cidade da B<sup>a</sup>. ado Pro-  
fessor | Lazaro Mz. se tinha estabelecido no Hospicio de Jeruzalem | e a  
do Alf<sup>es</sup>. Professor M<sup>el</sup>. Joaq<sup>m</sup>. era em cazas alugadas pela | Naçaõ. No  
Maranhão em tempos da prezidencia do Ex<sup>mo</sup>. | Candido d<sup>o</sup> Araujo, uma  
das aulas seaxava em um dos | salões do Hospicio dos Barbonios, logo  
qê elles foraõ lança | dos fora, p<sup>m</sup>. no seo regreço reivindicaraõ a sua  
proprí | idade, e o m<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Snr<sup>or</sup>. Fez retirar a Aula, e o Professor | qê  
tinha cento e tantos meninos, alugou uma caza pro | pria p<sup>a</sup>. a sua fam<sup>a</sup>.,  
aonde não foraõ admitidos mais | de 38 a 40 meninos, e nem p<sup>f</sup>. isso o  
Ex<sup>mo</sup>. Prezid<sup>e</sup>. lhe || suspendeo o ordenado, ou lhe tirou o emprego, p<sup>f</sup>.  
isso qê nin- | guem é obrigado a fazer nada senaõ em virtude de u- | ma  
lei, e nem se pode entender qê o ordenado mar- | cado p<sup>a</sup>. um Professor  
d<sup>o</sup> insino mutuo, seja com a clau- | zula d<sup>o</sup> elle o gastar em cazas comad-  
das p<sup>a</sup>. a comodar q.tos | meninos s<sup>o</sup> lheaprezentem, p<sup>f</sup>. qê nesse cazo o  
qê lhe fica não | xega p<sup>a</sup>. alimentar-se, como pois servi violentado apa-  
gar- | cazas p<sup>a</sup>. comodidade de filhos alheios, qê só mecumpre en- | sinar;  
tendo o governo criado esta aula pelo mettodo d<sup>o</sup> - | ensino mutuo, p<sup>f</sup>.  
forma alguã querer dar utencilios, e - | cazas, sendo só nominalm<sup>e</sup>.  
d<sup>o</sup> ensino mutuo; A vista | de todo o exposto aq<sup>m</sup>. devo eu recorrer se naõ  
a VEx<sup>a</sup>. afim | de qê olhando como a tençaõ p<sup>a</sup>. a instrução primaria |  
naõ só desta Villa, como de toda a Provincia, qê a Regen- | cia sedignou  
confiar aos cuidados deVEx<sup>a</sup>. mereça VEx<sup>a</sup>. o nome | de Pae da mocida-  
de Ciarence, e eu aq<sup>m</sup>. cerca uma prezada | fam<sup>a</sup>. obtenha de VEx<sup>a</sup> o or-  
denado qe avista do Artigo | 3<sup>o</sup>. da lei de 15 d<sup>o</sup> outubro de 1827 dedireito  
me competi; visto | ser esta Cadeira d<sup>o</sup> ensino mutuo, e o Professor da Ca-  
pital || ja gozar do ordenado de 500\$<sup>r</sup> tendo lhe Edificio p<sup>a</sup>. a sua | Aula,  
naõ devo eu ser privado do ordenado qê me compe- | te, só p<sup>f</sup>. qê não ten-  
ho a aula montada p<sup>a</sup>. insino mutuo, q<sup>do</sup>. o m<sup>mo</sup>. acontece a da Capital,  
enem p<sup>f</sup>. isso o Profes- | sor foi privado do ordenado qê. lhe marca a Lei,  
e nem | se diga qê no Aracati à mais comodidades p<sup>a</sup>. se pagar | p<sup>f</sup>. qê é

um absurdo, acressendo qê aquele tem seo espi | rito tranquilo, p<sup>f</sup>. qê a escola da licença naõ setem esten | dido athe ao centro das aulas de 1<sup>as</sup> letras como aqui a | contece, ahi parece avêr um espirito conciliador, e - | nesta infeliz Villa parece, qê todas as desgraças sein- | tornaraõ sobre todos aqueles, qê naõ querem fazer cau | za comum, com os atropeladores da ordem ou qê naõ dao | atodos os seos actos disregrados, e crimi- nozos uma solen | ne aprovaçãõ. Atenda pois VEx<sup>a</sup>. as m<sup>as</sup>. justas razões, e sir | vasse outhorgarem o ordenado de 500\$<sup>r</sup>, e activar a Cama | ra do Aracati afim deqê cuide no Edificio p<sup>a</sup> o ensinio | mutuo, qê parece m<sup>to</sup> de proposito pouco se intereçe, | neste objecto, sendo tal vez, o primeiro emqê se devia || intereçar, se ella amasse a instruçãõ de seos concida- ãos.|

Deos guarde aprecioza vida de VEx<sup>a</sup>.

Aracati 21 de Abril de 1834.

Ill<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Senr<sup>or</sup>. Presidente e Concelho

Herculano Julio d'Albuq<sup>c</sup>. Mello

#### ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O MANUSCRITO

O texto apesar de relativamente curto oferece várias reflexões tanto no âmbito histórico-social quanto no âmbito lingüístico-filológico. Denominamos este gênero textual de Carta, apesar de não manter a estrutura rígida exigida de uma carta, aproxima-se desse gênero pelo conteúdo exposto e pelo grau de subjetividade, embora apresente uma linguagem muito formal.

A carta é datada do dia 21 de abril de 1834 da vila de Aracati, escrita pelo professor Herculano Julio d'Albuquerque Mello, conforme assinatura. E destina-se ao presidente do Conselho de Província do Ceará, cujo nome não é citado.<sup>9</sup>

As marcas de subjetividade transparecem na primeira pessoa e nas várias reclamações de cunho pessoal como as despesas mantidas pelo professor, o baixo salário que recebe e as dificuldades enfrentadas para desempenhar o magistério pela falta de equipamentos e local adequado de trabalho como também as más condições de sobre-

---

<sup>9</sup> O Conselho de Província foi criado em 16 de janeiro de 1822 para servir de órgão consultivo ao Regente. E foi extinto pela lei de 3 de outubro de 1834 quando foi outorgado o regimento dos presidentes de província. (c.f. AVELAR, 1976).

vivência de sua família.

O professor Herculano Júlio de Albuquerque Mello dirige-se diretamente ao presidente do Conselho para denunciar os desmandos da câmara de Aracati, mas faz também uma referência ao Presidente da Província, o senhor José Mariano de Albuquerque Cavalcante que havia exercido o cargo entre os anos de 1831 a 1833, ou seja, um ano antes a data da carta. Mas esse não atendera às suas reclamações e nada fizera pela educação daquela vila.

Expondo ao Ex<sup>mo</sup>. Snr<sup>or</sup>. Prez<sup>o</sup>. Joze | Mariano, o atrazo emqê Seaxava am<sup>a</sup>. Aula, ja pela | falta d'uma caza, ja pela de utencilios, e leitura, e ja | pelo estadode licença e falta de respeito emqê se axavão | os discipulos, pelo qê avião praticado com o meo ante | cesor, Jorge Acurcio, cujo factio tal vez hoje não seja | ignorado p<sup>r</sup>. VEX<sup>a</sup>, mas o governo ñ huã providencia | dêo, e se adêo, athe hoje Seos efeitios me saõ desconheci | dos.

O professor faz severas críticas à câmara de Aracati, local onde habitava e exercia seu cargo no magistério, porque seus apelos ressoaram em vão, pois a câmara do Aracati era inerte aos problemas de ordem pública.

A vila do Aracati é uma das mais antigas do Ceará, situada no litoral leste da então Província. Sua fundação remonta a 1603, quando Pero Coelho de Souza instalou ali o presídio de São Lourenço (c.f. Macedo, 1991). Ali se desenvolveu um arraial que mais tarde seria Santa Cruz do Aracati. Com a presença de povos de outras capitanias e a fundação de fazendas de gado, no século XVIII se desenvolveu a indústria de carne seca ou charqueada.

Mais tarde foi criada a vila de Santa Cruz do Aracati, por Ordem Régia de 19 de julho de 1747, e instalada em 14 de fevereiro do ano seguinte. No século XIX, a vila mantém sua estrutura administrativa, muito embora a câmara fosse inoperante e alheia ao crescimento intelectual e moral da população e se comportasse de maneira até estranha como diz o texto.

A razão, e averdade parece dezappareceo | da boca das autoridades, e corporações desta Villa, e a res- | posta, qê obtive da desgraçada Camara do Aracati, foraõ | os insultos, qê. se meprodigalizaraõ, p<sup>r</sup>. meio d'um periodi- | co licenciozo, e indecente, em vaõ fiz vêr, qê nas Provincias || da Bahia, Pernambuco, e Maranhão, o ordenado dos Professores do | ensino mutuo q<sup>r</sup>. das Cidades q<sup>r</sup>. das Villas era de 500\$[ . . . ].

Vemos a indignação do professor diante da realidade e sua

audácia de denunciar os fatos, embora isso lhe custe os percalços e a falta de respeito, porém mais desrespeitoso é o comportamento dos componentes da câmara que além de não resolverem o problema também o menosprezaram com insultos.

Através do texto conhecemos também a estrutura do ensino à época que se dava através do método de ensino mútuo. Entende-se por ensino mútuo o método imaginado por J. Lancaster em 1778. É chamado também de sistema de monitores ou ensino mutual ou ainda lancasteriano. Trata-se de um método em que um só mestre ensina um grande número de alunos encarregando os melhores de se ocuparem cada um de um grupo de condiscípulos, ou seja, os alunos mais adiantados ensinam os mais atrasados. No Brasil, esse método foi adotado pelo Imperador D. Pedro I durante o Primeiro Reinado.<sup>10</sup>

Vê-se também quão numerosa eram as salas de aulas sob a responsabilidade de um professor e o comportamento dos alunos. Algo que maior relevância tem no documento é em relação ao baixo salário pago ao magistério pelo governo do Ceará, principalmente comparando às outras Províncias como Bahia, Pernambuco e Maranhão.<sup>11</sup> Há também menção à falta de estrutura física para o bom funcionamento das aulas, as desigualdade salariais e a desatenção do poder público. Parece ser um problema crônico que se arrasta até nossos dias.

Destacamos também a perspicácia do professor Herculano em manter-se informado com os demais colegas de profissão, passando informações sobre o funcionamento da educação nas outras províncias como também sua ousadia de reclamar diretamente às autoridades com firmeza e com dados precisos. Se imaginarmos os meios de comunicação da época e as dificuldades de locomoção por conta do sistema viário e dos meios de transportes, parece que o professor se mantém bastante atualizado, inclusive no que diz respeito às leis aos seus direitos.

---

<sup>10</sup> Através de um decreto de 29 de janeiro de 1823 foi estabelecido a reforma do ensino primário implantando o sistema Lancaster.

<sup>11</sup> Os honorários dos professores de primeiras letras foram estabelecidos durante o Primeiro Reinado por D. Pedro I. Variavam entre 200 a 500 mil réis anuais.

Do ponto de vista lingüístico-filológico, o texto oferece vários aspectos a se considerar. Observamos com muita frequência o uso de abreviaturas que é uma característica da escrita do período. A acentuação gráfica praticamente não existe conforme era comum a não observância das normas. Quanto à ortografia, percebemos que há certa liberdade de registrar as palavras não se levando a cabo as regras ortográficas que, apesar de já haver as gramáticas para disciplinar a língua, tais preceitos não são tão obedecidos.

Há várias marcas da ortografia fonética determinadas pelo ouvido, ou seja, escrevia-se como se ouvia. Por isso há variações gráficas de uma mesma palavra. O período fonético vai da fase inicial da língua portuguesa no século XII ou XIII até o século XVI, como nos informa Williams (1961). Apesar das datas que limitam o período ortográfico, essa ortografia perpassa toda a fase colonial brasileira e, ainda no século XIX, nos documentos oficiais da administração pública encontramos muitas características desse tipo de escrita.

Observamos que no texto há emprego de muitas consoantes geminadas, como em *mappa*, *mettudo*, *dezappareceo*; o uso de uma letra por outra, por exemplo: *z* no lugar do *s*, em *cazo*, *lastimozo*; *i* por *e*, *o* por *u*, em *dezappareceo*; a letra *ç* no lugar de *s* ou *ss*, em *mençais*, *acressendo*, *x* por *ch* em *axava*, *xega* isso é um reflexo da escrita fonética.

É notório também a falta de limite entre as palavras. Nas palavras terminadas em *ão* o til recai sempre sobre o *o* e não sobre o *a*; prevalece a forma *ao* para *am* no caso dos verbos na terceira pessoa do plural, como em *reivindicarão*, *foraõ*. A presença da letra muda ou de uma consoante desnecessária no meio das palavras como o *h* em *outhorgarem* e *c* em *actos* e *objecto*, *facto* dentre outros. Esses fatos refletem a fase da escrita etimológica que marcou a ortografia portuguesa no século XVI quando se tentou reproduzir o étimo das palavras latinas ou gregas.

O período pseudo-etimológico inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, em que aparece a ortografia Nacional. Sobre isso Toledo Neto (1999) chama a atenção para o fato de a escrita da Língua Portuguesa ter sido caótica desde o seu surgimento até os meados do século XX. Para o autor a ortografia de base pseudo-etimológica não visa à fidelidade de pronúncia, mas à erudição do

escriba.

Ressalta Coutinho (1976: 71) que “não admira, pois, que, em vez de uma houvesse várias ortografias, dado que a etimologia, nessa época, era uma ciência que dependia, em grande parte, da fantasia de cada escritor”.

Esse período é influenciado pelo movimento intelectual que ressuscitou a cultura greco-latina, o Renascimento, que levou os escritores do século XVI, “à tradução, à imitação e à assimilação dos Antigos” salienta Spina (1987.p.10).

No período etimológico ou pseudo-etimológico, as grafias latinas e gregas foram divulgadas, embora com pouca desatenção à pronúncia. Essa prática principiou muito antes do século XVI num pequeno grupo de palavras, especialmente traduzidas do latim: *escripto, feicto, nocte, reigno, sancto*, mas foram os escritores e particularmente os impressores do Renascimento que deram voga a elas.

Quanto à sintaxe do texto estudado aqui, chamamos a atenção para a freqüente mudança da ordem dos elementos na sentença como são registradas nas frases seguintes: *mas o governo ñ huã providencia | dêo (...)*; e *o g<sup>o</sup>. n<sup>o</sup> huã providencia tinha dado as-| m<sup>as</sup>. representações (...)* em ambas o objeto está anteposto ao verbo.

No campo do léxico observamos formas em desuso como no *periodico licenciozo, e indecente*, em que licencioso tem o sentido de libertino, desrespeitoso embora exista ainda registrado nos dicionários modernos da língua portuguesa e com o sentido apresentado no texto, porém não é mais usado pelos falantes no estado atual. Já na passagem do texto [ . . . ] *nas Provincias || da Bahia, Pernambuco, e Maranhão* [ . . . ] A palavra província para designar uma unidade nacional na época, foi substituída por Estado, não tendo mais uso modernamente no Brasil. O termo *discípulo* é usado no texto referente a alunos, apesar de ser a forma clássica latina a qual temos em português moderno, porém não se emprega atualmente, pelo menos não é tão comum como é citado pelo professor [ . . . ] *efalta de respeito emqê se axavão os discípulos* [ . . . ] É preferível usarmos o termo aluno no âmbito da escola e discípulos é um léxico reservado ao campo semântico bíblico ou como seguidor de uma doutrina ou teoria.

Outras leituras poderiam ser feitas no campo da Linguística Textual ou da Análise de Gêneros tão em voga atualmente nos estudos linguísticos. Também oferece informações histórico-sociais bastante importantes para o conhecimento da sociedade do século XIX, conforme já salientamos.

Reafirmamos a importância do trabalho filológico em salvar os textos originais para o conhecimento da cultura dos povos, dos fatos históricos e sociais de uma época, da língua de uso de uma comunidade e de muitos outros detalhes importantes que constituem a história do ser humano. Por isso repetimos as palavras de Cambraia (1999:14) “É por essas razões que se defende aqui que editar é preciso”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FENAME. 1976.
- BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Edusp. 2001.
- CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios Para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In. RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza et Alii (Orgs.) *I Seminário de filologia e língua portuguesa*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP. 1999.
- CORDEIRO, Celeste. *Antigos w Modernos no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume.1997.
- COUTINHO. Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1976.
- FARIAS, Airton. *História do Ceará: dos índios à geração Cambeba*. Fortaleza: Tropical. 1997.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1963.
- MACEDO, Deoclécio Leite de. *Notariado cearense: História dos cartórios do Ceará*. Fortaleza. 1990. v. I

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense. 1999.

Silva, José Pereira da. *Filologia*. In: *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: UERJ/Publicações Dialogarts, V. 13. nº 13. 1999.

SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa*: Segunda metade do século XVI e século XVII. São Paulo: Ática. 1987. Vol. III.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Aspectos da variação gráfica no português arcaico: as variantes consonantais no Livro de José de Arimatéia (cód ANTT 643). In: RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza Et Alii (orgs.) *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP. 1999.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Instituto Nacional do Livro. 1961.